

Ditadura e homossexualidades no Brasil

GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 332 p.

Jainara Gomes de Oliveira*

Tarsila Chiara Santana**

As pesquisas historiográficas sobre a ditadura militar brasileira têm crescido significativamente, no entanto, ainda são incipientes, nos campos da História e das Ciências Sociais brasileiras, pesquisas que iluminem, particularmente, as relações entre a ditadura militar brasileira e as homossexualidades. A partir de uma análise refinada, nesse sentido, a obra *Ditadura e homossexualidades no Brasil* contribui para suprir essa lacuna.

Trata-se de uma obra organizada por James N. Green¹ e Renan Quinalha² e que está dividida em uma apresentação, um prefácio, uma introdução, dez capítulos e um posfácio. Sob uma ótica de análise interdisciplinar, a intersecção entre a ditadura e as homossexualidades constitui o objeto central do livro. Com isto, os coautores³ buscam contribuir com as pesquisas sobre as violações aos direitos humanos praticadas pelo governo autoritário, entre 1964 e 1985.

Segundo os organizadores, este livro se origina a partir da confluência entre dois principais fatores. O primeiro deles resulta do investimento coletivo e do interesse comum por parte de diferentes pesquisadores, a partir de uma análise interdisciplinar, de investigar a complexidade que constitui as relações

* Doutoranda em Antropologia Social - PPGAS/UFSC. Pesquisadora bolsista do CNPq. E-mail: gomes.jainara@gmail.com

** Mestranda em Antropologia Social - PPGAS/UFRN. Pesquisadora bolsista da CAPES. E-mail: tarsila.chiara@gmail.com

¹ Professor de História do Brasil na Brow University e especialista na História da Homossexualidade no Brasil.

² Sociólogo, advogado e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

³ Além dos referidos organizadores, os coautores dos capítulos desta coletânea são os seguintes: Benjamin Cowan, Luiz Morando, Jorge Cê Rodrigues, Marisa Fernandes, Rafael Freitas, Rita de Cassia Colaço Rodrigues e José Reinaldo de Lima Lopes.

entre as homossexualidades e a ditadura. O segundo, por sua vez, foi proporcionado pela instauração de diversas Comissões da Verdade no Brasil, as quais têm realizado sistemáticos trabalhos sobre memória e justiça em relação às violações aos direitos humanos.

A partir desse recente contexto, James N. Green e Renan Quinalha organizaram duas audiências públicas em Comissões da Verdade. A primeira delas foi realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 2013. A segunda, por sua vez, foi realizada pela Comissão Nacional da Verdade com a Comissão da Verdade paulista, as quais contaram com a parceria do Memorial da Resistência, em 2014. Nestas duas audiências se discutiram as relações entre a ditadura militar brasileira e as homossexualidades.

Os diversos capítulos que estruturam o presente livro, nesse sentido, procuram apresentar a complexidade que institui o período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Para tanto, a partir da intersecção entre a ditadura e as homossexualidades, os coautores ilustram as contradições que marcam este governo, deste modo, analisam quais foram os efeitos da ditadura no cotidiano de pessoas com condutas homossexuais.

Isto posto, por um lado, os capítulos apresentam esquematicamente uma periodização da história geral da ditadura militar e dos seus meandros políticos e jurídicos. Por outro, procuram entender as relações entre a ditadura e as homossexualidades sob a ótica das mudanças que marcaram o regime instituído em 1964. Nesse sentido, no período entre 1964 e 1967, que corresponde a primeira fase da ditadura, ocorre uma perseguição mais sistemática aos sindicatos, movimentos populares e intelectuais, particularmente àqueles que se identificavam com uma postura política de esquerda e de inspiração marxista.

Neste mesmo período, contudo, também ocorre mudanças significativas na sociabilidade urbana de pessoas com condutas homossexuais no Brasil. Como ilustrado ao longo do livro, com o surgimento de espaços públicos direcionados principalmente para os homossexuais, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, houve uma maior visibilidade de pessoas homossexuais nos centros urbanos, assim como uma maior tolerância à homossexualidade nos meios de produção cultural e intelectual.

No entanto, o período entre 1964 e 1967, será marcado ainda pelos discursos e pelas justificativas para a implementação do Golpe de 1964. Com isto, o regime autoritário instituído revogou os direitos civis, assim como restringiu liberdades públicas. Nesse sentido, o livro mostra os parâmetros de moralidade que constituam a alicerce do discurso acionado pelo regime militar para reprimir a livre expressão da sexualidade de pessoas homossexuais. Com base em uma análise minuciosa de documentos oficiais, verifica-se que a homossexualidade representava, para as ideologias que sustentavam a ditadura, uma ameaça à família brasileira.

Em Belo Horizonte, nesse sentido, uma cidade tradicionalmente marcada por valores morais conservadores, também se constata diversas violências praticadas pelo governo autoritário, no período de 1963 e 1969. A partir de uma análise de reportagem de jornais e revistas, assim como de autos judiciais e entrevistas, se verifica a instituição de normas jurídicas e os usos de forças policiais para restringir direitos de pessoas com condutas homossexuais e para hostilizar a circulação dessas pessoas nos espaços públicos.

As políticas repressivas praticadas pelo regime militar, vistas a partir das suas ambiguidades, também precisavam conviver com as resistências que emergiram, nesse mesmo momento, nas universidades. Tratava-se de um período marcado pelas mudanças sociais e culturais que caracterizavam a “revolução sexual”, o qual proporcionou a ampliação de espaços para a sociabilização homossexual. Mudanças sociais e culturais estas que eram entendidas, pela visão oficial da direita, como uma ameaça à tradicional família brasileira.

Contudo, o livro ainda mostra que esta visão, também, era compartilhada por uma parcela expressiva da esquerda, nesse sentido, militantes homossexuais foram marginalizados e discriminados. No entanto, isto não significa analisar as posturas políticas do regime militar e dos militantes de esquerda sob o mesmo parâmetro. Ao contrário, deve-se ressaltar a diferença que existe nos tratamentos que ambos dispensaram ao objeto de análise referido. No primeiro caso, o da ditadura, forças policiais foram mobilizadas para reprimir os homossexuais. No segundo caso, por sua vez, trata-se mais precisamente, entre setores de esquerda, de um atraso nessa pauta política.

O ano de 1968 foi caracterizado por uma efervescente mobilização social, cultural e política contra a intensificação da ditadura, este momento, nesse sentido, marcou a passagem para um novo período do regime militar. O qual, alimentou os imaginários de contestações da repressão aos homossexuais, contudo, o decreto do AI-5, em dezembro de 1968, findou com as articulações políticas que contestavam o uso da censura e da violência direta do Estado, como também tolheu qualquer possibilidade institucionalizada de uma organização LGBT.

Os anos de chumbo, entre 1969 e 1973, marca a terceira etapa do regime militar, a qual foi caracterizada, por um lado, pela repressão truculenta do Estado, por outro, pelo crescimento da economia. Nos grandes centros urbanos, neste período, houve uma expansão significativa do consumo, o que, por sua vez, também calhou com a ampliação dos espaços de sociabilidade para pessoas com condutas homossexuais. No entanto, deve-se ressaltar, estes novos espaços permaneciam sob a vigilância e o controle do Estado, deste modo, as práticas repressivas colocavam limites a esta forma de sociabilidade, a qual deveria ser reservada apenas para os lugares fechados.

No ano de 1974, o país presencia uma abertura política, ainda que de maneira branda e parcial. Neste período, verifica-se uma reorganização das oposições ao regime militar, a qual, também, oferece melhores possibilidades para que os homossexuais se organizassem politicamente. Neste primeiro momento, contudo, o medo instituído pela ditadura desestimulava as iniciativas individuais de organização. Entre os homossexuais de classe média, principalmente, os bares, as boates, as saunas, entre outros lugares homosociais, eram vistos como espaços privilegiados e por isso eram mais céticos em relação a proposta de uma organização política.

Em 1977, as mobilizações estudantis se espalham pelo país, as quais criam um imaginário contestador do regime autoritário. Além dessas mobilizações, o Brasil testemunha, em 1978, as greves realizadas nas zonas industriais da Grande São Paulo. Neste período, também ocorre uma abertura para a produção cultural, a exemplo da criação do jornal *Lampião da Esquina*, considerado uma referência fundamental para o movimento homossexual brasileiro.

No período de 1976 a 1982, as práticas repressivas não cessaram contra os homossexuais. Mesmo assim, houveram intensas reações e articulações contrárias a repressão policial nesse momento, as quais culminaram na organização de novos movimentos sociais, como o movimento feminista e negro, que inspiraram o embrionário movimento homossexual. Estes movimentos sociais, também, foram fundamentais para o processo de redemocratização do país.

Este livro, deste modo, a partir de uma análise interdisciplinar, coloca em relevo as relações entre a ditadura e as homossexualidades. Neste livro relevante e oportuno, em todos os seus capítulos, encontramos uma análise pioneira e original sobre a história geral do regime militar, a partir de um exame minucioso de documentos oficiais, reportagem de jornais e revistas, assim como de autos judiciais e entrevistas. Por fim, o livro recoloca a história da homossexualidade na sociedade brasileira, sob diversos ângulos.

Recebido em Março de 2016
Aprovado em Junho de 2016